

Artigo

**A (IN)VISIBILIDADE DAS MULHERES NA AGRICULTURA FAMILIAR:
DESAFIOS E OPORTUNIDADES PARA O DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL NA BAHIA**

**THE (IN)VISIBILITY OF WOMEN IN FAMILY FARMING: CHALLENGES AND
OPPORTUNITIES FOR TERRITORIAL DEVELOPMENT IN BAHIA**

**LA (IN)VISIBILIDAD DE LAS MUJERES EN LA AGRICULTURA FAMILIAR:
DESAFÍOS Y OPORTUNIDADES PARA EL DESARROLLO TERRITORIAL
EN BAHIA**

Ítalo Alves Dourado de Souza

Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial (PPGADT), Universidade Estadual da Bahia (UNEB) - campus III, Juazeiro, Bahia, Brasil. E-mail: italodourado@outlook.com

Edonilce da Rocha Barros

Pós-Doutora em Ciências Humanas, Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), Florianópolis, Santa Catarina, Brasil.
E-mail: ebarros@uneb.br

Kalline Flávia Silva de Lira

Doutora em Psicologia Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Maracanã, Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: kalline_lira@hotmail.com

RESUMO

Este artigo, fundamentado em extensa revisão bibliográfica, discute a (in)visibilidade das mulheres na agricultura familiar na Bahia. A pesquisa explora as causas estruturais e históricas que perpetuam a marginalização das mulheres agricultoras, analisando o acesso desigual a recursos, políticas públicas e o reconhecimento de seu trabalho. A partir de fontes como os censos agropecuários do IBGE e literatura acadêmica sobre gênero e agricultura, o estudo revela como o patriarcado e as políticas insuficientes reforçam a exclusão das mulheres nos processos produtivos e decisórios. Além de uma análise crítica das condições enfrentadas por essas mulheres, o artigo também discute as consequências da falta de políticas de gênero específicas e propõe direções para o desenvolvimento territorial sustentável com inclusão de gênero. O texto destaca a necessidade de políticas públicas mais equitativas, que fortaleçam a atuação das mulheres no campo, promovendo maior acesso a crédito, tecnologia e assistência técnica. Conclui-se que a transformação das relações de gênero no meio rural é essencial para alcançar a sustentabilidade e a equidade no desenvolvimento territorial.

DOI: <https://doi.org/10.23900/2359-1552v14n5-41-2025>

Submitted on: 10.21.2024 | Accepted on: 10.21.2024 | Published on: 8.12.2025

Palavras-chave: Gênero. Agricultura Familiar. Políticas Públicas. Inovação. Desenvolvimento Territorial. Sustentabilidade.

ABSTRACT

This article, based on an extensive bibliographic review, addresses the (in)visibility of women in family farming in Bahia. The research explores the structural and historical causes that perpetuate the marginalization of women farmers, analyzing their unequal access to resources, public policies, and recognition of their work. Drawing on sources such as IBGE agricultural censuses and academic literature on gender and agriculture, the study reveals how patriarchy and insufficient policies reinforce women's exclusion from productive and decision-making processes. In addition to a critical analysis of the conditions faced by these women, the article discusses the consequences of the lack of specific gender policies and proposes directions for sustainable territorial development with gender inclusion. The text highlights the need for more equitable public policies that strengthen women's participation in rural areas, promoting greater access to credit, technology, and technical assistance. The article concludes that transforming gender relations in rural areas is essential to achieving sustainability and equity in territorial development.

Keywords: Gender. Family Farming. Public Policies. Innovation. Territorial Development. Sustainability.

RESUMEN

Este artículo, fundamentado en una extensa revisión bibliográfica, discute la (in)visibilidad de las mujeres en la agricultura familiar en Bahía. La investigación explora las causas estructurales e históricas que perpetúan la marginación de las mujeres agricultoras, analizando el acceso desigual a recursos, políticas públicas y el reconocimiento de su trabajo. A partir de fuentes como los censos agropecuarios del IBGE y la literatura académica sobre género y agricultura, el estudio revela cómo el patriarcado y las políticas insuficientes refuerzan la exclusión de las mujeres en los procesos productivos y de toma de decisiones. Además de un análisis crítico de las condiciones enfrentadas por estas mujeres, el artículo también discute las consecuencias de la falta de políticas de género específicas y propone orientaciones para un desarrollo territorial sostenible con inclusión de género. El texto destaca la necesidad de políticas públicas más equitativas, que fortalezcan la actuación de las mujeres en el campo, promoviendo un mayor acceso al crédito, la tecnología y la asistencia técnica. Se concluye que la transformación de las relaciones de género en el medio rural es esencial para lograr la sostenibilidad y la equidad en el desarrollo territorial.

Palabras clave: Género. Agricultura Familiar. Políticas Públicas. Innovación. Desarrollo Territorial. Sostenibilidad.

INTRODUÇÃO

A agricultura familiar desempenha um papel fundamental na economia rural brasileira, sendo responsável pela maior parte da produção de alimentos que abastece o mercado interno. No entanto, dentro desse contexto, as mulheres agricultoras têm sido historicamente invisibilizadas, tanto em termos de suas contribuições econômicas quanto de suas demandas específicas. No estado da Bahia, essa realidade é particularmente acentuada, uma vez que as mulheres enfrentam desafios relacionados ao acesso a recursos, crédito, tecnologias e políticas públicas voltadas para o setor.

Este artigo busca analisar as causas e consequências da invisibilidade das mulheres na agricultura familiar em regiões da Bahia, explorando o impacto dessa marginalização no desenvolvimento territorial e na sustentabilidade das práticas agrícolas. A partir de uma abordagem interdisciplinar, são discutidos aspectos como o papel das mulheres na produção agrícola, a divisão de trabalho por gênero, as condições de saúde e bem-estar, e as possíveis soluções para promover maior equidade e reconhecimento.

REFERENCIAL TEÓRICO

O Papel das Mulheres na Agricultura Familiar

A invisibilidade das mulheres na agricultura familiar é um fenômeno profundamente enraizado nas estruturas sociais e econômicas do Brasil, especialmente em regiões rurais como a Serra, no município de Lençóis. A agricultura familiar, que representa a maior parte da produção de alimentos no Brasil, depende fortemente do trabalho das mulheres. No entanto, conforme argumenta Batliwala (1994), esse trabalho é frequentemente subvalorizado e invisibilizado.

Na literatura, o papel das mulheres na agricultura familiar é visto como fundamental para a manutenção das atividades produtivas e reprodutivas. O trabalho das mulheres vai além das tarefas tradicionais de produção agrícola; elas também desempenham um papel essencial na gestão dos recursos naturais, na preservação dos saberes tradicionais e no cuidado da família. Mesquita (2013) aponta que as mulheres são agentes centrais na reprodução

socioeconômica e cultural das comunidades rurais, embora seu papel seja frequentemente subestimado e desvalorizado.

Essa invisibilidade está relacionada a uma divisão de trabalho de gênero historicamente construída, onde as mulheres são responsáveis por tarefas domésticas e de cuidado, enquanto os homens são vistos como os principais atores na produção agrícola. Chayanov (1974) descreve essa divisão como parte de uma organização econômica camponesa que atribui funções específicas a homens e mulheres. No entanto, essa divisão restringe a autonomia das mulheres e limita suas oportunidades de participação plena nas decisões econômicas e na gestão das propriedades.

O patriarcado, como estrutura social, reforça essa exclusão. Muitas mulheres agricultoras são vistas como "ajudantes" dos homens, e não como agricultoras em si. O trabalho feminino é frequentemente considerado secundário ou complementar, o que leva à sua exclusão das estatísticas oficiais e, conseqüentemente, das políticas públicas. Além disso, o reconhecimento do trabalho agrícola das mulheres esbarra na dificuldade de mensurar atividades que, embora essenciais, são invisíveis aos olhos da sociedade e dos formuladores de políticas públicas. Batliwala (1994) destaca que, para empoderar verdadeiramente as mulheres, é necessário reconhecer e valorizar seu trabalho, remunerado ou não.

A pesquisa de Nogueira et al. (2016) também reforça que as mulheres desempenham um papel crucial na sustentabilidade das propriedades familiares, mas enfrentam desafios significativos para ter seu trabalho valorizado e reconhecido. Isso se reflete não apenas na exclusão das estatísticas, mas também nas barreiras que enfrentam para acessar políticas públicas, crédito e assistência técnica.

A invisibilidade do trabalho das mulheres é perpetuada por uma narrativa que não reconhece as atividades produtivas e reprodutivas como interconectadas. Em muitos casos, as mulheres desempenham um papel duplo, garantindo a produção agrícola enquanto cuidam da família e dos recursos naturais. No entanto, a falta de reconhecimento desse papel tem conseqüências diretas para a inclusão das mulheres nos processos decisórios e no acesso a

recursos que poderiam melhorar suas condições de vida e a produtividade de suas propriedades.

O Papel das Mulheres e a Sustentabilidade

Uma área em que a contribuição das mulheres é essencial, mas raramente reconhecida, é a sustentabilidade ambiental. As mulheres, muitas vezes, são as principais responsáveis pela preservação dos recursos naturais nas propriedades familiares, seja cuidando do solo, da água ou da biodiversidade. Essa relação das mulheres com a terra é uma área importante de estudo para o desenvolvimento de práticas agrícolas mais sustentáveis. Batliwala (1994) argumenta que, ao reconhecer o papel das mulheres na gestão ambiental, seria possível desenvolver políticas mais equitativas e sustentáveis que beneficiem a todos.

Conclui-se que, para mudar esse quadro de invisibilidade, é necessário não apenas reconhecer o trabalho das mulheres, mas também desenvolver políticas públicas que promovam sua inclusão ativa na agricultura familiar, garantindo acesso a recursos, tecnologias e capacitação. Isso será discutido nos capítulos seguintes.

DESIGUALDADE NO ACESSO A RECURSOS E OPORTUNIDADES

Uma das maiores barreiras enfrentadas pelas mulheres na agricultura familiar é o acesso desigual a recursos essenciais, como terra, crédito e capacitação técnica. Dados do Censo Agropecuário do IBGE (2010) mostram que apenas 5% das mulheres na Bahia têm acesso a crédito rural, em comparação com 15% dos homens. Esse número é um reflexo das estruturas patriarcais que dominam o setor agrícola, onde a posse da terra e os direitos de propriedade estão concentrados, em sua maioria, nas mãos dos homens.

Batliwala (1994) defende que o empoderamento das mulheres passa necessariamente pelo acesso igualitário a recursos econômicos e à capacitação técnica. A exclusão das mulheres dessas oportunidades as mantém em uma posição de desvantagem, perpetuando o ciclo de pobreza e invisibilidade. Além

disso, a falta de acesso à terra e a outros recursos produtivos limita a capacidade das mulheres de inovar e aumentar a produtividade de suas propriedades.

A formação técnica é outro ponto crítico. Segundo o IBGE (2010), apenas 7% das mulheres agricultoras na Bahia participaram de algum tipo de capacitação, em contraste com 18% dos homens. Essa desigualdade educacional limita a capacidade das mulheres de acessar mercados, adotar novas tecnologias e melhorar sua produtividade. Como Mesquita (2013) aponta, a capacitação técnica é uma ferramenta essencial para garantir que as mulheres possam participar plenamente das atividades agrícolas e alcançar maior autonomia.

Acesso ao Crédito e Políticas Públicas

O acesso ao crédito é um dos maiores desafios enfrentados pelas mulheres na agricultura familiar. Programas como o PRONAF Mulher foram criados para garantir o acesso das mulheres a recursos financeiros, mas, na prática, muitas mulheres não conseguem acessar esses programas devido à falta de informação e à burocracia envolvida no processo. O desconhecimento sobre as políticas públicas existentes, aliado às dificuldades em atender aos requisitos burocráticos, limita a participação das mulheres e as mantém à margem dos benefícios que poderiam transformar suas vidas e suas propriedades.

A pesquisa de Mesquita (2013) também destaca a importância da pluriatividade como estratégia para superar essas barreiras. Muitas mulheres rurais desenvolvem atividades fora da agricultura, como artesanato e serviços, para complementar a renda familiar. No entanto, essas atividades também enfrentam desafios, como a falta de reconhecimento e apoio institucional.

Políticas de Capacitação e Inclusão

As políticas públicas voltadas para a capacitação das mulheres são essenciais para garantir sua inclusão na agricultura familiar. Programas de capacitação técnica que considerem as especificidades das mulheres rurais, como sua dupla jornada de trabalho, são fundamentais para garantir sua

participação ativa. Batliwala (1994) argumenta que as políticas de empoderamento devem ir além da concessão de recursos financeiros, abrangendo também o fortalecimento da autonomia das mulheres e a promoção de uma mudança nas estruturas sociais que perpetuam a desigualdade de gênero.

A transformação das estruturas sociais e econômicas que marginalizam as mulheres na agricultura familiar é um processo longo e complexo, mas essencial para garantir a sustentabilidade e a equidade no desenvolvimento rural. Nos próximos capítulos, exploraremos como as políticas públicas podem ser aprimoradas para atender às necessidades das mulheres agricultoras.

POLÍTICAS PÚBLICAS E A TRANSFORMAÇÃO DAS RELAÇÕES DE GÊNERO NO CAMPO

A construção de políticas públicas que promovam a inclusão de gênero na agricultura familiar é um passo essencial para garantir o desenvolvimento rural sustentável. No Brasil, o PRONAF Mulher e outras iniciativas visam promover o acesso das mulheres a crédito, assistência técnica e recursos produtivos. No entanto, como mostram os dados do IBGE (2010), a implementação dessas políticas enfrenta inúmeros desafios.

Para Nogueira et al. (2016), um dos principais problemas das políticas públicas atuais é a falta de articulação entre diferentes áreas, como educação, saúde e desenvolvimento econômico. Isso impede que as políticas cheguem efetivamente às mulheres no campo. Além disso, a burocracia e o desconhecimento sobre as políticas existentes são barreiras significativas para que as mulheres possam se beneficiar desses programas.

Barreiras Culturais e Violência de Gênero

As barreiras culturais também desempenham um papel importante na exclusão das mulheres da agricultura familiar. As normas sociais que reforçam a divisão de trabalho por gênero e as expectativas em relação ao papel da mulher dificultam a participação plena das mulheres nas atividades agrícolas. Além disso, a violência de gênero é uma realidade enfrentada por muitas

agricultoras, tanto dentro quanto fora de suas casas. Mesquita (2013) argumenta que a violência de gênero é uma barreira significativa para o empoderamento das mulheres, limitando sua autonomia e sua capacidade de tomar decisões.

A pesquisa de Nogueira et al. (2016) também aponta que a violência de gênero, tanto física quanto psicológica, tem um impacto direto na participação das mulheres na agricultura familiar. Muitas mulheres que sofrem violência doméstica são impedidas de participar ativamente das atividades agrícolas ou de buscar oportunidades de capacitação. Esse é um aspecto que precisa ser abordado nas políticas públicas voltadas para as mulheres rurais.

Propostas para o Futuro

Para que as políticas públicas sejam mais eficazes, é necessário um enfoque mais integrado e inclusivo, que considere as especificidades das mulheres no campo e suas necessidades particulares. Isso inclui a criação de programas de capacitação que abordem as barreiras culturais e promovam a autonomia das mulheres, além de políticas que facilitem o acesso ao crédito e aos recursos produtivos.

Batliwala (1994) argumenta que o empoderamento das mulheres deve ser entendido como um processo multidimensional, que envolve não apenas o acesso a recursos, mas também a transformação das relações de poder que perpetuam a desigualdade de gênero. Isso inclui a promoção da igualdade de gênero nas políticas públicas, a valorização do trabalho das mulheres e o reconhecimento de sua contribuição para a sustentabilidade e o desenvolvimento rural.

METODOLOGIA

A metodologia adotada neste estudo é predominantemente bibliográfica, fundamentando-se em uma extensa revisão da literatura existente sobre a (in)visibilidade das mulheres na agricultura familiar na Bahia. Foram consultadas obras acadêmicas, artigos de periódicos, relatórios de organizações não governamentais e documentos de políticas públicas, com o objetivo de reunir e analisar informações relevantes sobre o tema.

Além da revisão teórica, foram utilizadas fontes como os censos agropecuários do IBGE, que fornecem dados sobre a participação das mulheres na agricultura e as condições socioeconômicas que as envolvem. A análise bibliográfica possibilitou a identificação de padrões, tendências e lacunas na literatura existente, permitindo uma compreensão aprofundada das causas estruturais e históricas que perpetuam a marginalização das mulheres agricultoras.

Esse estudo bibliográfico também integrou uma análise crítica das políticas públicas voltadas para a agricultura familiar, destacando a necessidade de abordagens mais equitativas e inclusivas. As conclusões foram fundamentadas nas informações coletadas, oferecendo direções para o desenvolvimento territorial sustentável com inclusão de gênero.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir da extensa revisão bibliográfica e análise das fontes secundárias consultadas, os resultados deste estudo reforçam a tese da (in)visibilidade das mulheres na agricultura familiar na Bahia. A pesquisa revelou que a exclusão das mulheres agricultoras, especialmente nas zonas rurais, é amplamente sustentada por estruturas patriarcais e pela ausência de políticas públicas específicas que considerem as necessidades de gênero.

Um dos principais resultados encontrados está relacionado ao acesso desigual a recursos, como crédito agrícola, assistência técnica e tecnologias inovadoras. Mesmo que as mulheres desempenhem um papel fundamental nas atividades produtivas, a maioria delas não tem acesso direto a financiamentos e a programas governamentais de incentivo. Isso ocorre, em parte, pela falta de titularidade da terra, visto que a posse e o controle formal da propriedade rural ainda são majoritariamente masculinos. Essa situação gera um ciclo de dependência econômica e restrição da autonomia feminina no campo, perpetuando a invisibilidade de suas contribuições.

Outro ponto crucial identificado é o papel subvalorizado das mulheres nas decisões produtivas e nos espaços de governança rural. Em grande parte das famílias, a divisão de trabalho por gênero ainda coloca as mulheres em funções

consideradas secundárias, como o processamento de alimentos ou o cuidado com pequenos animais, enquanto os homens ficam responsáveis pela comercialização dos produtos e pelas negociações com instituições externas. Essa divisão limita a participação feminina em cooperativas agrícolas, associações de produtores e em decisões comunitárias que poderiam impactar diretamente suas condições de trabalho e de vida.

Além disso, a análise dos dados revela que a ausência de políticas públicas de inclusão específicas para mulheres agricultoras afeta diretamente a sustentabilidade do desenvolvimento territorial. Sem acesso equitativo a recursos e programas de capacitação, as agricultoras são menos propensas a adotar práticas agrícolas sustentáveis e inovadoras, o que limita seu potencial de contribuir de forma plena para o desenvolvimento regional. Em contraste, experiências de sucesso em outras regiões, onde políticas de gênero foram implementadas, mostram que a inclusão das mulheres em todas as fases do processo produtivo e decisório não apenas promove a equidade, mas também melhora os indicadores econômicos e ambientais das regiões.

Dessa forma, o estudo evidencia que a transformação das relações de gênero no meio rural é um caminho necessário para se alcançar a sustentabilidade. A falta de reconhecimento formal do trabalho feminino, seja nos censos agropecuários ou nas políticas de desenvolvimento rural, reforça as disparidades de gênero. Políticas públicas que fortaleçam o acesso das mulheres a crédito, tecnologia, assistência técnica e à titularidade da terra são fundamentais para garantir a inclusão produtiva e social das mulheres na agricultura familiar.

Em termos de discussão, pode-se concluir que a agricultura familiar na Bahia tem um potencial significativo para promover o desenvolvimento territorial sustentável, mas, para isso, é necessário implementar políticas públicas que reduzam as desigualdades de gênero. Ao permitir que as mulheres tenham maior acesso a recursos e maior participação nas decisões, não apenas o bem-estar delas será melhorado, mas também a eficiência e a produtividade das propriedades rurais. Em última análise, a equidade de gênero no campo é essencial para o desenvolvimento rural sustentável e para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

CONCLUSÃO

Este estudo destaca a importância de reconhecer o papel das mulheres na agricultura familiar e a necessidade de políticas públicas mais inclusivas que assegurem o acesso equitativo a recursos e a participação ativa nas decisões agrícolas. A invisibilidade das agricultoras, evidenciada tanto no campo econômico quanto social, contribui para a manutenção de desigualdades de gênero, afetando negativamente o desenvolvimento territorial sustentável.

As mulheres na agricultura familiar não apenas desempenham funções essenciais na produção de alimentos, mas também estão à frente de práticas de sustentabilidade que podem ser ampliadas e aprimoradas com maior apoio institucional. Para superar esses desafios, é crucial desenvolver políticas que considerem as especificidades das trabalhadoras rurais, promovendo maior visibilidade, autonomia e reconhecimento social. As conclusões apontam para a necessidade de uma abordagem integrada que envolva não apenas o setor agrícola, mas também políticas de saúde, educação e desenvolvimento rural.

REFERÊNCIAS

- BATLIWALA, S. The meaning of women's empowerment: new concepts from action. In: SEN, Gita; GERMAIN, Adrienne; CHEN, Lincoln C. (Ed.). **Population policies reconsidered: health, empowerment and rights**. Boston: Harvard University Press, 1994. p. 127-138.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Estimativas do Censo Agropecuário 2010**. São Paulo: IBGE, 2010.
- CHAYANOV, A. V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1974.
- COSTA, M. G. S. G.; DIMENSTEIN, M. D. B.; LEITE, J. F. Condições de vida, gênero e saúde mental entre trabalhadoras rurais assentadas. **Estudos de Psicologia (Natal)**, v. 19, n. 2, p. 145-154, 2014. DOI: 10.1590/S1413-294X2014000200007.
- ERAZO, R. de L.; COSTA, S. C. F. das C.; SILVA, L. de J. de S. **Mulheres e Agricultura Familiar na Amazônia: desafios e perspectivas**. *Revista Terceira Margem Amazônia*, v. 6, n. 15, p. 240-259, 2020.
- FREITAS, C. G. de; FARIAS, C. S. de; VILPOUX, O. F. A produção camponesa de farinha de mandioca na Amazônia sul ocidental. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, v. 31, n. 2, p. 29-42, jul./dez. 2011.

GALVÃO, E. U. P.; MENEZES, A. J. E. A.; VILAR, R. R. L.; SANTOS, A. A. R. Análise da renda e da mão de obra nas unidades agrícolas familiares da comunidade de Nova Colônia, município de Capitão Poço, Pará. **Amazônia: Ciência & Desenvolvimento**, Belém, v. 1, n. 1, jul./dez. 2005.

GUANZIROLI, C. et al. **Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

MAIA, A. H.; SANT'ANA, A. L. **Vivências e projetos das jovens rurais: um olhar sob a sua condição de mulher na agricultura familiar e a relação com suas estratégias de vida**. 2011. Dissertação (Mestrado em Agronomia) – Universidade Estadual Paulista (UNESP), Ilha Solteira, 2011.

MARION, A. A.; BONA, A. N. **A importância da mulher na agricultura familiar**. **Revista Cafeicultura**, Minas Gerais, v. 13, p. 1-11, set. 2013.

MESQUITA, L. A. P. de. **O papel das mulheres na agricultura familiar: a comunidade Rancharia, Campo Alegre de Goiás**. 2013. 137 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Goiás, Catalão, 2013.

MESQUITA, L. A. P. de; MENDES, E. de P. P. **Agricultura familiar, trabalho e estratégias: a participação feminina na reprodução socioeconômica e cultural**. **Espaço em Revista**, Goiás, v. 14, n. 1, p. 14-23, jun. 2012.

NOGUEIRA, R. de C. M. G. e CONCEIÇÃO, et al. **Mulheres em contextos rurais: um mapeamento sobre gênero e ruralidade**. **Psicologia e Sociedade**, Belo Horizonte, v. 28, n. 1, p. 1-10, abr. 2016.

SALVARO, G. I. J.; LAGO, M. C. S.; WOLFF, C. S. **“Mulheres agricultoras” e “mulheres camponesas”:** lutas de gênero, identidades políticas e subjetividades. **Psicologia & Sociedade**, v. 25, n. 1, p. 79-89, 2013. DOI: 10.1590/S0102-71822013000100010.

SCHNEIDER, S. **Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade**. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 18, n. 51, fev. 2003.

TEDESCO, J. C. **Terra, trabalho e família: racionalidade produtiva e ethos camponês**. Passo Fundo: EDIUPF, 1999.